



Ensino e Aprendizagem como Unidade Dialética

Kelly Cristina Campones
(Organizadora)

Kelly Cristina Campones
(Organizadora)

Ensino e Aprendizagem como Unidade Dialética

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E59	Ensino e aprendizagem como unidade dialética [recurso eletrônico] / Organizadora Kelly Cristina Campones. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Ensino e Aprendizagem como Unidade Dialética; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-481-8 DOI 10.22533/at.ed.818191507 1. Aprendizagem. 2. Educação – Pesquisa – Brasil. I. Campones, Kelly Cristina. CDD 371.102
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book intitulado como: “Ensino e Aprendizagem como Unidade Dialética”, apresenta três volumes de publicação da Atena Editora, resultante do trabalho de pesquisa de diversos autores que, “inquietos” nos seus mais diversos contextos, consideraram em suas pesquisas as circunstâncias que tornaram viável a objetivação e as especificidades das ações educacionais e suas inúmeras interfaces.

Enquanto unidade dialética vale salientar, a busca pela superação do sistema educacional por meio das pesquisas descritas, as quais em sua maioria concebem a importância que toda atividade material humana é resultante da transformação do mundo material e social. Neste sentido, para melhor compreensão optou-se pela divisão dos volumes de acordo com assunto mais aderentes entre si, apresentando em seu volume I, em seus 42 capítulos, diferentes perspectivas e problematização acerca do currículo, das práticas pedagógicas e a formação de professores em diferentes contextos, corroborando com diversos pesquisadores da área da educação e, sobretudo com políticas públicas que sejam capazes de suscitar discussões pertinentes acerca destas preposições.

Ainda, neste contexto, o segundo volume do e-book reuniu 29 artigos que, constituiu-se pela similaridade da temática pesquisa nos assuntos relacionados à: avaliação, diferentes perspectivas no processo de ensino e aprendizagem e as Tecnologias Educacionais. Pautadas em investigações acadêmicas que, por certo, oportunizará aos leitores um repensar e/ou uma amplitude acerca das problemáticas estudadas.

No terceiro volume, categorizou-se em 25 artigos pautados na: Arte, no relato de experiências e no estágio supervisionado, na perspectiva dialética, com novas problematizações e rupturas paradigmáticas resultante da heterogeneidade do perfil acadêmico e profissional dos autores advindas das temáticas diversas.

Aos autores dos diversos capítulos, cumprimentamos pela dedicação e esforço sem limites. Cada qual no seu contexto e pautados em diferentes prospecções viabilizaram e oportunizaram nesta obra, a possibilidade de ampliar os nossos conhecimentos e os diversos processos pedagógicos (algumas ainda em transição), além de analisar e refletir sobre inúmeras discussões acadêmicas conhecendo diversos relatos de experiências, os quais, pela soma de esforços, devem reverberar no interior das organizações educacionais e no exercício da constante necessidade de pensar o processo de ensino e aprendizagem como unidade dialética.

Cordiais saudações e meus sinceros agradecimentos.

Kelly Cristina Campones

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“HANSEI”: UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA JAPONESA E SUAS POSSÍVEIS APLICAÇÕES NAS ESCOLAS BRASILEIRAS	
<i>Ana Luísa da Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8181915071	
CAPÍTULO 2	8
A BUSCA POR RECONHECIMENTO COMO MOTIVAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DO CURRÍCULO	
<i>Mauro Sérgio da Silva</i>	
<i>Flávia Dias Coelho da Silva</i>	
<i>Izabella Gonçalves Bocayuva</i>	
<i>Lucas Evangelista Rangel</i>	
<i>Lucas Miranda</i>	
<i>Marcelo Visintini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8181915072	
CAPÍTULO 3	20
A DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR NO CONTEXTO NEOLIBERAL: CONTRIBUIÇÕES DA DIDÁTICA DE PERSPECTIVA CONTRA-HEGEMÔNICA	
<i>Lenilda Rêgo Albuquerque de Faria</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8181915073	
CAPÍTULO 4	32
A FORMAÇÃO DOCENTE E A EDUCAÇÃO A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS NO IF SERTÃO-PE <i>CAMPUS</i> SALGUEIRO	
<i>Gercivania Gomes da Silva</i>	
<i>Carlos Wendel Gomes da Silva</i>	
<i>Sandra Regina da Silva Galvão</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8181915074	
CAPÍTULO 5	38
A FORMAÇÃO DOCENTE: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL E DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS	
<i>Katia Fraitag</i>	
<i>Miguel Julio Zadoreski Junior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8181915075	
CAPÍTULO 6	43
A FORMAÇÃO DOS PEDAGOGOS PARA O ENSINO DE MATEMÁTICA NO MÉTODO DO IAB NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA-RR	
<i>Kátia Maria Abreu da Silva</i>	
<i>Janaene Leandro de Sousa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8181915076	

CAPÍTULO 7	50
A FORMULAÇÃO DE TAREFAS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO PROFESSOR QUE ENSINA MATEMÁTICA	
<i>Cristina Meyer</i>	
<i>Mariana Maria Rodrigues Aiub</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8181915077	
CAPÍTULO 8	61
A PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR E A POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO DOS SABERES DOCENTES	
<i>Francisca de Lourdes dos Santos Leal</i>	
<i>Vilmar Aires dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8181915078	
CAPÍTULO 9	73
REFLEXOS DA REFORMA EDUCACIONAL DOS ANOS 1990 NA PRÁTICA PEDAGÓGICA NO ESTADO DO ACRE	
<i>Hildo Cezar Freire Montysuma</i>	
<i>Rosalu Ribeiro Barra Feital Nogueira</i>	
<i>Emilly Ganum Areal</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8181915079	
CAPÍTULO 10	107
ALGUMAS DISCUSSÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE EM MATEMÁTICA E A HISTÓRIA DA DIDÁTICA NAS LICENCIATURAS EM MATEMÁTICA DA BAHIA (1940-1960)	
<i>Januária Araújo Bertani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150710	
CAPÍTULO 11	118
APONTAMENTOS SOBRE A ATIVIDADE DE MONITORIA DA DISCIPLINA DE QUÍMICA GERAL PARA ALUNOS DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	
<i>Luciana Silva Rocha Contim</i>	
<i>Luis Antônio Serrão Contim</i>	
<i>João Pedro Carmo Filgueiras</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150711	
CAPÍTULO 12	123
APRENDIZADO, MOTIVAÇÃO E DIVERSÃO: JOGOS COMO ESTRATÉGIA PARA O ENSINO DE BIOLOGIA CELULAR	
<i>Laís Corrêa Lima</i>	
<i>Agatha Santos de Jesus</i>	
<i>Angélica Ferreira Carreiro</i>	
<i>Ingrid da Silva Rola</i>	
<i>Karolainy Teixeira da Conceição</i>	
<i>Maik da Silva de Souza</i>	
<i>Rafaela Nunes Santos</i>	
<i>Yasmim de Oliveira Paula</i>	
<i>Yhasmim Hellen Viana Scandian</i>	
<i>Marina Sousa Manoel Damasceno</i>	
<i>Karina Mancini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150712	

CAPÍTULO 13	135
AS DCN E A FORMAÇÃO DOCENTE: UMA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO E OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UFPI	
<i>Mirtes Gonçalves Honório</i> <i>Teresa Christina Torres Silva Honório</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150713	
CAPÍTULO 14	146
AS IMPLICAÇÕES DAS DCN NA ESTRUTURAÇÃO DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE LICENCIATURA NA UFPI	
<i>Josania Lima Portela Carvalhêdo</i> <i>Maria do Socorro Leal Lopes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150714	
CAPÍTULO 15	158
CARTOGRAFIAS LITERÁRIAS E PRÁTICAS DE LEITURA NA ESCOLA BÁSICA	
<i>Fabíola de Fátima Igreja</i> <i>Gilma Gimarães Lisboa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150715	
CAPÍTULO 16	171
EDUCAÇÃO E CURRÍCULO: PERSPECTIVAS PARA O TRABALHO COM TEXTOS OPINATIVOS	
<i>Rodrigo Leite da Silva</i> <i>Fabiana Meireles de Oliveira</i> <i>João Paulo Buranelli Mantoan</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150716	
CAPÍTULO 17	180
EXPECTATIVAS PROFISSIONAIS E CONCEPÇÕES DE PEDAGOGIA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PEDAGOGOS: O QUE DIZEM OS ESTUDANTES DO CSHNB/UFPI?	
<i>Luciana Silva Dias</i> <i>José Leonardo Rolim de Lima Severo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150717	
CAPÍTULO 18	186
ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA FAVORÁVEL À FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR: UM ESTUDO DE CASO	
<i>Emmanuel Paiva de Andrade</i> <i>Jasmin Lemke</i> <i>Neide Lucia de Oliveira Almeida</i> <i>Maria Augusta de Castro Seixas</i> <i>Elisabeth Flavia Roberta Oliveira da Motta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150718	

CAPÍTULO 19	198
FILOSOFIA UBUNTU COMO PRÁTICA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE NEGRA E CONSCIÊNCIA AFRO-DIASPÓRICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Isis Natureza Oliveira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150719	
CAPÍTULO 20	203
FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A PESQUISA-AÇÃO COMO ESTRATÉGIA DIDÁTICO-METODOLÓGICA DE INVESTIGAÇÃO	
<i>José Álbio Moreira de Sales</i>	
<i>Tânia Maria de Sousa França</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150720	
CAPÍTULO 21	215
FORMAÇÃO E A DOCÊNCIA À LUZ DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	
<i>Elda Silva do Nascimento Melo</i>	
<i>Antonia Maira Emelly Cabral da Silva Vieira</i>	
<i>Camila Rodrigues dos Santos</i>	
<i>Erivania Melo de Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150721	
CAPÍTULO 22	234
FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES QUE ENSINAM MATEMÁTICA: ALGUMAS REFLEXÕES	
<i>Cíntia Fogliatto Kronbauer</i>	
<i>Anemari Roesler Luersen Vieira Lopes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150722	
CAPÍTULO 23	245
MERLÍ E OS SABERES DA DOCÊNCIA	
<i>Vera Maria Luz Spínola</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150723	
CAPÍTULO 24	256
MOTIVAÇÃO DE ESCOLARES PORTUGUESES DO TERCEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
<i>Fábio Brum</i>	
<i>Ellen Aniszewski</i>	
<i>José Henrique dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150724	
CAPÍTULO 25	267
NÚCLEOS DE PESQUISA NA ESCOLA: POSSIBILIDADES DE MUDANÇAS DIDÁTICAS E PRÁTICAS DE ENSINO DOS PROFESSORES*	
<i>Jaqueline Ritter</i>	
<i>Andreia Rosa de Avila de Vasconcelos</i>	
<i>Andréa Borges Umpierre</i>	
<i>Francieli Chibiaque</i>	
<i>Otávio Aloisio Maldaner</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150725	

CAPÍTULO 26	285
O APRENDER-ENSINAR DA LEITURA: TRAVESSIAS POR VIR	
<i>Gilcilene Dias da Costa</i>	
<i>Jessé Pinto Campos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150726	
CAPÍTULO 27	297
O ENSINO POR INVESTIGAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS: UMA REVISÃO A PARTIR DOS ANAIS DO ENPEC	
<i>Jéssica Cremonini Caprini</i>	
<i>Mariana Donateli Gatti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150727	
CAPÍTULO 28	302
O INÍCIO DA DIDÁTICA NO CURSO DE MATEMÁTICA NA BAHIA (1940-1960)	
<i>Januária Araújo Bertani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150728	
CAPÍTULO 29	313
O SABER DOCENTE E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PEDAGOGOS PARA O ENSINO DA MATEMÁTICA	
<i>Lílian Pereira Guedes</i>	
<i>Jorge Costa do Nascimento</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150729	
CAPÍTULO 30	321
OS ARTÍFICES DA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA: O CONHECIMENTO TEÓRICO/PRÁTICO DESENVOLVIDO NO CURSO DE PEDAGOGIA/PARFOR	
<i>Lui Nörnberg</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150730	
CAPÍTULO 31	332
OS IMPACTOS DAS NOVAS POLÍTICAS CURRICULARES NA DIDÁTICA E PROFISSIONALIDADE DE PROFESSORAS INICIANTES	
<i>Joelson de Sousa Moraes</i>	
<i>Franç-Lane Sousa Carvalho do Nascimento</i>	
<i>Nadja Regina Sousa Magalhães</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150731	
CAPÍTULO 32	344
OS SABERES DA EXPERIÊNCIA COMO PRINCÍPIO DA PRÁTICA DOCENTE	
<i>Lourdes Cavalcante Couto de Melo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150732	
CAPÍTULO 33	350
PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO INICIAL ÀS SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	
<i>Claudia Martins de Souza</i>	
<i>Rosângela Gasparim</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150733	

CAPÍTULO 34	356
PLANEJAMENTO COLETIVO: UMA EXPERIÊNCIA FORMATIVA NA DISCIPLINA DE DIDÁTICA	
<i>Tânia Maria de Sousa França</i>	
<i>Nancy Mireya Sierra Ramirez</i>	
<i>Joilson Silva de Sousa</i>	
<i>Ana Cristina de Souza Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150734	
CAPÍTULO 35	367
POLÍTICAS, ENSINO DAS CIÊNCIAS E INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: CONTEXTOS, DIÁLOGOS E REFLEXÕES	
<i>Simone Souza Silva</i>	
<i>Arminda Rachel Botelho Mourão</i>	
<i>Francisca Keila de Freitas Amoedo</i>	
<i>Mateus de Souza Coelho Filho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150735	
CAPÍTULO 36	369
PRÁTICA PEDAGÓGICA: CONCEPÇÃO DE PROFESSORES DE UMA INSTITUIÇÃO EDUCATIVA DA COLÔMBIA –CO	
<i>Rosenilda Rocha Bueno</i>	
<i>Adelmo Carvalho da Silva</i>	
<i>Oscar Orlando Hoyos Gaviria</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150736	
CAPÍTULO 37	380
PRÁTICA PEDAGÓGICA: EDUCANDO DE FORMA LUDICA POR MEIO DE ALIMENTOS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA	
<i>Cristiano de Assis Silva</i>	
<i>Carlos Luis Pereira</i>	
<i>Ângela Maria dos Santos Florentino</i>	
<i>Cristiane de Assis Ribeiro da Silva</i>	
<i>Kristielly Pereira de Assis Ribeiro da Silva</i>	
<i>Dirlan de Oliveira Machado Bravo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150737	
CAPÍTULO 38	389
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS BEM SUCEDIDAS NO ENSINO MÉDIO	
<i>Silvana Soares de Araujo Mesquita</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150738	
CAPÍTULO 39	399
PROFESSORES DE DIDÁTICA E SEUS ESTUDANTES: OS ARTÍFICES DA FORMAÇÃO	
<i>Maria Janine Dalpiaz Reschke</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150739	

CAPÍTULO 40	410
QUANDO A PRÁTICA SE TORNA COMPONENTE CURRICULAR DOS PPPS DE LETRAS	
<i>Núbio Delanne Ferraz Mafra</i>	
<i>Vladimir Moreira</i>	
<i>Marcelo Cristiano Acri</i>	
<i>Beatriz do Prado Ferreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150740	
CAPÍTULO 41	417
SABERES EM INTERAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A UNIVERSIDADE EM CONEXÃO COM JOVENS DO ENSINO MÉDIO	
<i>Rosilda Arruda Ferreira</i>	
<i>Luiza Olívia Lacerda Ramos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150741	
CAPÍTULO 42	427
TESSITURAS PEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO BILINGUE: CAMINHOS PARA A ACESSIBILIDADE DOS SURDOS	
<i>Eliana da Silva Neiva Brito</i>	
DOI 10.22533/at.ed.81819150742	
SOBRE A ORGANIZADORA	436

“HANSEI”: UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA JAPONESA E SUAS POSSÍVEIS APLICAÇÕES NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Ana Luísa da Costa

SEEDUC-RJ (Rio de Janeiro - RJ) / Universidade Católica de Petrópolis (Petrópolis – RJ) / Universidade de Tsukuba (Japão)

RESUMO: O Japão é visto como um país modelo em educação, enquanto o Brasil ainda possui muitos obstáculos para melhorar seu panorama educacional. Um aspecto muito diferente entre a educação dos dois países é o cuidado com o ambiente escolar. Este estudo comparativo entre os países foi objeto de pesquisa no programa Treinamento de Professores, entre os anos de 2015 e 2017, no Japão. Foi feito um levantamento bibliográfico sobre a educação japonesa e suas práticas e foram aplicados questionários para estudantes de Ensino Médio de escolas públicas do Brasil e do Japão, a respeito das concepções destes sobre o ambiente escolar em seus países. O objetivo foi verificar as possibilidades de aplicação, nas escolas brasileiras, da prática hansei, que consiste numa reunião diária de classe.

PALAVRAS-CHAVE: Hansei. Ambiente escolar. Japão.

ABSTRACT: Japan is seen as a model country in education, while Brazil is still struggling to do a better work in its education. One subject that

is very different between those countries is how the students deal with their school environment. The idea of comparing education aspects of Japan and Brazil was part of the Teacher Training Program, offered by the Japanese Ministry of Education (MEXT) between 2015 and 2017. Bibliographic research about Japanese education was done and then questionnaires about school environment were distributed to Brazilian and Japanese high school students. The purpose was to find the possibilities of application of hansei, which is a daily meeting.

KEYWORDS: Hansei. School environment. Japan.

1 | INTRODUÇÃO

O Japão é mundialmente conhecido como um país cujo sistema educacional é considerado um modelo para outros países, incluindo o Brasil. Com 121 anos de relações diplomáticas (MOFA, 2016), os dois países ainda possuem muitas diferenças em seus sistemas educacionais e em suas escolas. O Japão possui uma prática pedagógica, chamada hansei, que consiste em uma reunião diária de classe. Esta prática será apresentada neste trabalho como uma contribuição à educação brasileira e como resultado de pesquisa de intercâmbio cultural entre os dois

países, proveniente de um trabalho de conclusão de curso de uma bolsa de estudos para professores estrangeiros no Japão, o programa Teacher Training, oferecido pelo Ministério da Educação do Japão (MEXT) entre 2015 e 2017, na Universidade de Tsukuba.

A aprendizagem no ambiente escolar não advém apenas dos conteúdos das disciplinas, mas de toda a prática pedagógica, nos momentos de aula e fora deles, o que pode reforçar o sentimento de pertencimento à escola e de responsabilidade sobre a mesma. Sato (2004) afirma que a ênfase no processo educacional, feita com rigor, conduz ao desenvolvimento da pessoa como um todo (em japonês, “ningen”), tornando-a um ser com saúde, moral, estética, compaixão, intelecto e sociabilidade positivos. Desta forma, o sentimento de pertencimento pode ser maior do que o de clientelismo.

A intenção de providenciar educação de boa qualidade e um bom ambiente escolar nas escolas públicas do Brasil ainda enfrenta dificuldades, principalmente por parte dos estudantes, com relação à sua organização e limpeza, diferentemente do que se encontra nas escolas japonesas. Embora, no Brasil, essa consciência exista entre professores e equipe de direção, ainda é difícil o cuidado sobre o ambiente escolar por parte dos estudantes. Por causa disso, houve uma curiosidade em saber como os sujeitos dentro da escola japonesa tomam conta de seu ambiente escolar. Portanto é importante investigar como esta consciência é criada no Japão, além de mostrar que educação se trata também de relações estabelecidas entre sujeitos em um ou mais lugares.

O objetivo geral deste trabalho é analisar o ambiente escolar do Japão e sua relação com a sociedade, focalizando na organização escolar e em como a prática hansei pode contribuir para isso. A prática hansei é aqui considerada como possível de funcionar na realidade educacional brasileira.

O contato com as escolas japonesas e com artigos sobre educação japonesa permitiram fazer uma simples comparação entre o Brasil e o Japão, com a intenção de sugerir melhorias no ensino brasileiro. Levantamentos bibliográficos sobre a prática pedagógica hansei e questionários, aplicados no Brasil e no Japão, conduziram a uma comparação capaz de contribuir com melhorias na educação brasileira.

É importante enfatizar que a maioria da bibliografia consultada em inglês sobre a educação japonesa mencionou especialmente os segmentos de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Por motivos relacionados à bolsa de estudos, o retorno do trabalho da bolsa deveria ser oferecido às escolas de ensino médio do Estado do Rio de Janeiro. Portanto, a pesquisa estabelece uma conexão entre o trabalho realizado no ensino fundamental que pode ser aplicado no Ensino Médio. Além disso, os questionários elaborados e aplicados tanto no Brasil quanto no Japão foram respondidos por alunos de Ensino Médio.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

O Japão possui boa qualidade em educação, com foco na cidadania (TANIGUCHI, 2011), sendo esta educação definida pelos valores de auto governança, autodisciplina, atividades em grupo, cooperação e responsabilidades (KIMURA, 2011). Manter seus valores e estar em paridade educacional com outros países desenvolvidos é importante para o Japão. O país realizou uma revisão em sua lei educacional em 2006, cuja nova versão inclui aspectos de responsabilidade individual, respeito à vida, ao meio ambiente e à nação, respeito pelos outros países, compreensão das diferenças e fortalecimento de valores morais (ROESGARD, 2011). É importante manter uma boa qualidade educacional não apenas para o próprio povo, mas também para servir de modelo aos demais países, especialmente os asiáticos, que baseiam seus sistemas educacionais no sistema japonês (SATO, 2011).

Um aspecto importante no senso de comunidade trabalhado na educação infantil japonesa é realizar as tarefas diárias em grupo. Algumas características da educação infantil e ensino fundamental japoneses são descritos por Lewis (1995), tais como a ênfase na gentileza, colaboração e persistência; a autoridade que os estudantes assumem dentro e fora da escola conforme crescem; os grupos que os estudantes formam para estudar em sala de aula; os momentos de reflexão ao início e fim de cada dia de aula (hansei) e o sentimento de pertencimento que a escola japonesa cria com seus alunos. Para Sato (2011), trabalhar em pares é importante para os estudantes, não para que um ensine ao outro, mas sim que sempre se aprenda algo com o outro. Sato (2004), por sua vez, afirma que a supervisão dos pares depende de auto supervisão e auto disciplina, cultivando a limpeza, a organização e o incentivo para que todos cumpram as tarefas da mesma forma.

No Brasil, é possível encontrar diretrizes para a formação cidadã na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - lei nº 9394/96, que garante a educação básica, pública e universal a seus estudantes. De acordo com esta lei, no artigo 27, no inciso I, o currículo deve ter enfoque, na “difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática”. Já o artigo 32, voltado ao Ensino Fundamental, no inciso IV, reforça a formação do cidadão, mediante “o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social”.

Embora a lei brasileira dê uma base para a formação do cidadão, a realidade nas escolas públicas é diferente, sendo comum aos sujeitos inseridos no ambiente escolar expor situações em que há pouco senso de responsabilidade dos mesmos, conforme será mostrado na análise de três perguntas do questionário.

3 | A PRÁTICA HANSEI

A prática hansei é uma reunião diária de classe, feita no início e no fim da aula, normalmente conduzida por dois líderes (em japonês, “hanchou”), cuja finalidade é discutir aspectos positivos e negativos do dia na classe. As séries da educação infantil sempre praticam hansei. Como os estudantes desenvolvem a autonomia nessas reuniões, eles acabam por seguir melhor as regras colocadas por eles mesmos. Sempre há um objetivo a se cumprir no dia, semana ou mês, com foco nas amizades, na cooperação e em outros aspectos do desenvolvimento social e emocional. Como isso é constantemente reforçado, a prática da reunião é um meio de conduzir ao sentimento de pertencimento a um grupo e de trabalhar com um propósito comum (em japonês, “matomari”), o que é um comportamento comum no Japão. A reunião também reforça o sentimento de persistência (em japonês, “gambarimasu”).

Os lemas são feitos e lembrados durante a hansei. O objetivo principal é a amizade, que faz com que habilidades e limitações sejam discutidas com mais liberdade, para que se possa concluir que ninguém é perfeito, mas que todos podem se ajudar. Alguns exemplos são apontados por Lewis (1995), como: “Tomodachi ni narou. Saigo made gambarou. – Sejamos amigos e vamos persistir até o fim.”; “Jibun no koto o jibun de suru – Tomar conta das próprias responsabilidades”; “Jikan o mamorimashou, tsukue no naka no seiton, mi no mawari o kirei ni shimashou – Ser pontual, manter os materiais limpos, além da área ao seu redor”. Sato (2004) também traz alguns exemplos: “Chikara o awasete – unam suas forças”; “Kokoro o hitotsu – façamos do nosso coração apenas um”; “Nakayoku suru – dar-se bem com os demais”. Estas reflexões estão ligadas à cultura japonesa em seus aspectos espirituais, estéticos e físicos. Pequenas e simples ações podem ser feitas em qualquer tipo de sala de aula, inclusive hansei, demandando perseverança e atenção.

No Ensino Fundamental II e no Ensino Médio a educação não é mais baseada na construção de uma comunidade. Okano (1999, p.240) afirma que o Ensino Fundamental é uma transição para os estudos acadêmicos, quando os estudantes começam a ter aulas com professores especialistas, com instrução intensiva e rotina mais rígida. Porém, as práticas aprendidas desde a educação infantil permanecem no cotidiano dos estudantes, sendo realizadas automaticamente por eles ao longo da vida escolar de forma que, ao final do Ensino Médio, os estudantes devem estar totalmente preparados para a vida em comunidade fora da escola.

Entendendo-se que a prática hansei conduz à autonomia dos estudantes ao longo da vida escolar de maneira simples, objetiva e sem custos, verificou-se através de questionários, conforme o item adiante, o contexto em que uma possível aplicação da prática hansei teria no Brasil.

4 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O principal objetivo foi verificar se os estudantes no Brasil e no Japão se incluíam como responsáveis no ambiente escolar ou não, se eles consideram importante ter um momento específico para discutir sobre problemas da escola e se eles ajudam em tarefas diárias.

Para isso foram aplicados questionários a estudantes de Ensino Médio em escolas públicas, sendo 501 estudantes em cinco escolas no Brasil e 458 estudantes em três escolas no Japão. Posteriormente, os dados foram analisados e comparados. A opção pelo Ensino Médio se deu para cumprir requisitos específicos da bolsa de estudos. Os dados foram passados para o software de estatística SPSS 22, de forma a contribuir com as interpretações posteriores.

É importante lembrar e considerar que os questionários foram elaborados e distribuídos em dois idiomas distintos e que, por causa disso, algumas interpretações podem ter sido feitas de maneiras diferentes. Além disso, vale salientar também que não se quer chegar a estabelecer um padrão sobre a educação brasileira e japonesa neste trabalho, mas sim levantar questões a partir de uma amostra. As comparações feitas não possuem a intenção de criticar a educação brasileira, mas sim de conduzir a caminhos, ferramentas e discussões que possam auxiliá-la.

5 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A comparação entre os dois países foi feita com base em três questões. A primeira questão, “Você ajuda nas tarefas diárias de sua escola?” teve como resultado 79,3% dos estudantes japoneses respondendo que sim, ao passo que 31,9% dos estudantes brasileiros deram esta resposta. O resultado aponta uma significativa diferença, mostrando que a falta de hábito em tomar conta da escola é um problema no Brasil.

As questões seguintes, por apresentarem várias opções de resposta, são mostradas nas tabelas a seguir.

Responsável	Número de respostas SIM (Brasil)	(%) (Brasil)	Número de respostas SIM (Japão)	(%) (Japão)
Diretor (a)	380	75.8	132	28.8
Professores	149	29.7	276	60.3
Funcionários	317	63.3	186	40.6
Estudantes	129	25.7	278	60.7
Família	12	2.4	23	5.0
Outros	18	3.6	11	2.4

Tabela 1- Quem você considera responsável pela organização da escola?

Fonte: elaboração própria

Os estudantes brasileiros consideram principalmente o diretor e os funcionários

como os responsáveis pela escola, enquanto os estudantes japoneses consideram principalmente eles mesmos e os professores. Para o Brasil, é um reflexo de colocar a responsabilidade em quem tem algum status na instituição e aos que são pagos para realizar tarefas que não envolvam decisões. Para o Japão, esse resultado pode ser visto como um engajamento de professores e estudantes. A opção “outros” no Brasil mostrou as seguintes respostas: “o grêmio escolar”, “o governo”, “todos”. No Japão, a resposta “todos” também apareceu.

Resposta	Número de estudantes (Brasil)	(%) (Brasil)	Número de estudantes (Japão)	(%) (Japão)
Não é importante	17	3.4	36	7.9
Não é tão importante	60	12.0	87	19.0
É importante	249	49.7	262	57.2
É muito importante	174	34.7	58	12.7
Não respondeu	1	0.2	15	3.3
Total	501	100	458	100

Tabela 2 - Você considera importante conversar sobre este assunto (organização escolar e limpeza) com professores e outros membros da escola?

Fonte: elaboração própria

Nos dois países considera-se importante conversar sobre o assunto, mas no Brasil a categoria “é muito importante” é mais que o dobro da porcentagem japonesa, mostrando que a situação nas escolas brasileiras pode melhorar com o diálogo e novos hábitos.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é mais do que mera transferência de conteúdos. É um processo em que indivíduos podem extrair o melhor de si para contribuir com uma sociedade melhor. Este trabalho foi feito com a intenção de lembrar isto aos educadores e mostrar aos estudantes que eles são capazes de ser mais do que receptores de informação, podendo transformar positivamente seu ambiente escolar.

A comparação é um meio delicado para se discutir a educação, principalmente entre Brasil e Japão, com histórias e modelos educacionais tão distintos. Entretanto, eles possuem algo em comum, que é a cooperação iniciada nas primeiras migrações entre seus territórios. Pelo ponto de vista da cooperação, diálogo e colaboração, este artigo pode ser um começo para mais discussões em educação.

Os estudantes brasileiros estão criando consciência para a cooperação na escola. Os professores brasileiros clamam por ajuda, disciplina e melhores condições de trabalho, mas eles não possuem um padrão a ser seguido, a não ser o curricular. A prática de hansei é apresentada como sugestão para as escolas brasileiras, demandando apenas tempo, persistência e orientação, e não tendo nenhum custo financeiro.

A harmonia de um grupo, tão importante para a sociedade japonesa, fortalece o sentimento de solidariedade. Baseado neste pensamento, espera-se que seja possível criar esta consciência entre estudantes brasileiros.

REFERÊNCIAS

BRASIL, LDB. Lei 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC/SEF, 1996.

KIMURA, Hirokazu. **The History of Citizenship Education in the Postwar Course of Study: Moral Education and Other Topics**. In: IKENO, Norio (ed.). *Citizenship Education in Japan*. Londres: Continuum, 2011.

LEWIS, Catherine C. **Educating Hearts and Minds: reflections on Japanese Preschool and Elementary Education**. Cambridge University, 1995.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN (MOFA). Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/region/latin/brazil/data.html>>. Acesso em: 1 Mai. 2016.

OKANO, Kaori; MOTONORI, Tsuchiya. **Education in Contemporary Japan: inequality and diversity**. Cambridge University Press, 1999.

ROESGAARD, Marie Hojlund. **“The Ideal Citizen”, Globalization and the Japanese Response: risk, gate-keeping, and moral education in Japan**. In: WILLIS, David Blake; RAPPLEYE, Jeremy. *Remaining Japanese Education: borders, transfers, circulations and the comparative*. Oxford: Symposium Books, 2011.

SATO, Manabu. **Imagining Neo-Liberalism and the hidden realities of the politics of reform: teachers and students in a globalized Japan**. In: WILLIS, David Blake; RAPPLEYE, Jeremy. *Remaining Japanese Education: borders, transfers, circulations and the comparative*. Oxford: Symposium Books, 2011.

SATO, Nancy E. **Inside Japanese classrooms: The heart of Education**. Nova York: Routledge Falmer, 2004.

TANIGUCHI, Kazuya. **The history of the Idea of Citizenship and its Teaching in Japan before World War II**. In: IKENO, Norio (ed.). *Citizenship Education in Japan*. Londres: Continuum, 2011.

SOBRE A ORGANIZADORA

Kelly Cristina Campones - Mestre em Educação (2012) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa , na linha de pesquisa História e Políticas Educacionais. É professora especialista em Gestão Escolar, pela Universidade Internacional de Curitiba (2005). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2004) diplomada para Administração, Direção e Supervisão Escolar . Membro do GEPTADO- Grupo de Pesquisa sobre o trabalho docente na UEPG. Tem experiência como docente e coordenadora na: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio, graduação e pós-graduação. Atualmente é professora adjunta na Faculdade Sagrada Família com disciplinas no curso de Licenciatura em Pedagogia. Tem ampla experiência na área educacional atuando nas seguintes vertentes: educação infantil, processo de ensino aprendizagem; gestão; desenvolvimento e acompanhamento de projetos ; tecnologias educacionais; entre outros.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-481-8

